

O RIO, A PRAIA, A USINA E OS LUGARES DE MEMÓRIA
THE RIVER, THE BEACH, THE DAMS AND PLACES OF MEMORY
EL RÍO, LA PLAYA, LA CENTRAL Y LOS LUGARES DE MEMORIA

Lucas André da Luz Silva Dias
Mestrando em História PPGHB/ UFPI
daluzsilvadias@gmail.com

Resumo

O presente trabalho visa analisar os desarranjos afetivos proporcionados pelas crescentes construções de Usinas Hidrelétricas no Brasil, impulsionadas a partir de 1930; mais especificamente analisando o caso da Usina Hidrelétrica de Estreito, a partir dos lugares de memória. Entendendo as praias do Coqueiro e do Coco, em Filadélfia e Babaçulândia, interior do estado de Tocantins, como sendo lugares de memória atingidos a partir da implementação da UHE no ano de 2012, já que após a construção ambas as praias em sua origem natural desapareceram. Para isso, faremos no primeiro momento um percurso pelas políticas regulatórias do setor elétrico brasileiro e os rearranjos políticos ocorridos na área ao longo do século XX. Posteriormente destacaremos o papel da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) na construção, planejamento e legitimação desses grandes empreendimentos hidrelétricos. Por fim, fazendo uso de diálogo bibliográfico, faremos uma análise acerca dos lugares de memória modificados pela UHE de Estreito.

Palavras-chave: Memória: Usina: Afetivo: Praia: Babaçulândia: Filadélfia.

Abstract

The work aims to analyze the affective disorders caused by the increasing construction of hydroelectric plants in Brazil, driven from 1930; more specifically analyzing the case of the Estreito Hydroelectric Plant, from the places of memory. Understanding the beaches of Coqueiro and Coco, in Filadélfia and Babaçulândia, in the state of Tocantins, as places of memory affected by the implementation of the UHE in 2012, since after the construction both beaches in their natural origin disappeared. For this, we will, at first, make a journey through the regulatory policies of the Brazilian electricity sector and the political rearrangements that occurred in the area throughout the 20th century. Later we will highlight the role of the Energy Research Company (EPE) in the construction, planning and legitimation of these large hydroelectric projects. Finally, making use of bibliographical dialogue, we will make an analysis about the places of memory modified by the UHE of Estreito.

Keywords: Memory: Power plant: Affective: Beach: Babaçulândia: Filadélfia.

Resumen

El trabajo tiene como objetivo analizar los trastornos afectivos provocados por la creciente construcción de hidroeléctricas en Brasil, impulsada a partir de 1930; más específicamente analizando el caso de la Usina Hidroeléctrica de Estreito, desde los lugares de la memoria. Entendiendo las playas de Coqueiro y Coco, en Filadélfia y Babaçulândia, en el estado de Tocantins, como lugares de memoria afectados por la

implantación de la UHE en 2012, ya que después de la construcción desaparecieron ambas playas en su origen natural. Para ello, haremos, en un primer momento, un recorrido por las políticas regulatorias del sector eléctrico brasileño y los reordenamientos políticos ocurridos en el área a lo largo del siglo XX. Más adelante destacaremos el papel de la Empresa de Investigación Energética (EPE) en la construcción, planificación y legitimación de estos grandes proyectos hidroeléctricos. Finalmente, haciendo uso del diálogo bibliográfico, haremos un análisis sobre los lugares de memoria modificados por la UHE de Estreito.

Palabras clave: Memoria: Planta: Afectivo: Playa: Babaçulândia: Filadelfia

INTRODUÇÃO

Ao analisarmos os dados oferecidos pelos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), amostragem que ocorre há cada 10 anos levantando dados estatísticos em uma robusta investigação sobre diversos aspectos da população brasileira, podemos constatar que entre 1980 e 2000, ou seja, nas últimas duas décadas do Século XX, o Brasil deixou de ter um contingente populacional na casa dos 120 milhões de habitantes (1980), para impressionantes 179 milhões (2000). Esses dados não são apenas estatísticos, a partir deles o poder público possui ferramentas para elaborar políticas públicas, visando oferecer uma melhor qualidade de vida para a população em constante crescimento demográfico.

Com esse constante crescimento populacional, as diversas áreas de atuação do estado vão pouco a pouco apresentando desafios a serem enfrentados. E uma das áreas, talvez a que mais recebeu atenção no início dos anos 2000, é o setor elétrico. O potencial energético do Brasil é notório devido, entre outros fatores, à sua dimensão territorial. Contando com 26 estados e uma unidade federativa, o país possui a quinta maior dimensão territorial do mundo, com 8.515.767 Km² de extensão territorial. Com tanta terra e com tanta gente, é logicamente necessário se pensar em como fornecer energia que dê razoavelmente conta de suprir essa demanda.

O presente texto pretende refletir sobre algumas dessas ações do poder público federal com relação ao atendimento das demandas energéticas apresentadas pela população brasileira. Analisaremos alguns eventos que após essas duas décadas de crescimento populacional se tornaram pontos claros de inflexão nos investimentos em energia elétrica no Brasil.

Diversas ações foram tomadas pelo governo federal para dar conta da alta demanda, tivemos com esse intuito; a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE),

a privatização de estatais do setor, e uma expansão na construção de Usinas Hidrelétricas (UHEs), entre 2000 e 2010. Nos debruçaremos sobre esses acontecimentos procurando problematizar os pormenores dessa organização do setor elétrico brasileiro no início do século XXI. Para isso, iniciaremos o nosso percurso recuando um pouco no tempo, objetivando dessa forma destacarmos alguns pontos que compuseram o cenário dos investimentos em energia elétrica ao longo século XX, período onde essas transformações aqui estudadas começam de fato a ocorrer.

Por fim, na parte final do texto será realizado uma problematização acerca das consequências das construções de Usinas Hidrelétricas no rio Tocantins, mais especificamente em relação à Usina Hidrelétrica de Estreito, inaugurada na cidade maranhense de mesmo nome no ano de 2012. A cidade de Estreito está localizada a 766 km² da capital do estado do Maranhão, São Luís. As obras da usina operada pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE), foram iniciadas no ano de 2007, com finalização em 2012. O CESTE é uma sociedade de quatro grupos empresariais; Engie que detém 40,07%, das ações, Vale S.A, detém 30%, Alcoa 25,49% e pôr fim a InterCement, detém 4,44%, das ações da UHE.

Apesar de ter sido construída em território maranhense, a UHE atingiu 10 municípios do Tocantins (Aguiarnópolis, Palmeiras do Tocantins, Itaguatins, Darcinópolis, Palmeirante, Barra do Ouro, Goiatins, Tupiratins, Babaçulândia e Filadélfia). Diante disso, será objeto de análise de uma maneira mais específica, as consequências da obra para as praias do Coco, em Babaçulândia, e a Praia do Coqueiro, em Filadélfia.

Os dois municípios são vizinhos e contavam, até o enchimento do lago da Usina Hidrelétrica de Estreito no ano de 2010, com um importante aporte turístico proporcionado pela temporada de praia. Nos meses de veraneio no rio Tocantins, de junho a agosto, as praias geravam um forte aquecimento para a economia das cidades. O que Ertzogue e Zagallo (2019) irão chamar de turismo sazonal, praticamente amador no sentido de planejamento e organização, mas muito eficiente na geração de fluxo comercial.

Ambas as praias são entendidas, neste texto, como sendo lugares de memória, pois segundo Nora (1993), os lugares de memória são antes de mais nada, lugares símbolos de acontecimentos vividos por diferentes atores sociais. As duas praias representavam para

além de uma fonte de renda em meses específicos do ano, uma forma de identidade de um povo, seja em recorte mais amplo a população de Filadélfia e Babaçulândia ou em grupos específicos, como os barqueiros, canoieiros, pescadores, barraqueiros, que dali tiravam seu sustento. A construção da Usina não somente compromete o sustento de algumas famílias, mas afeta a paisagem das praias, o que pode ser entendido também de acordo com Ertzogue e Zagallo (2019), como uma enorme perda socioambiental.

Em linhas gerais, o objetivo deste estudo é problematizar a constante construção das Usinas e os seus impactos diretos na vida das populações atingidas, entendendo para tais fins, as praias como lugares de memória dessas populações. A discussão visa, portanto, evidenciar os impactos produzidos nos lugares de memória que acabam sendo destruídos pelas construções, ou tendo que ser ressignificados pela imposição de uma nova realidade.

É a partir do ocorrido com essas praias do Coco e do Coqueiro, que direcionaremos o olhar para refletir sobre como as decisões do setor elétrico afetam a vida de milhares de pessoas. Ao final da nossa análise, objetivamos contribuir de maneira efetiva na construção de novos processos de elaboração dos relatórios de impacto ambiental, apontando caminhos pelos quais o estado brasileiro pode optar por percorrer.

Para se realizar a análise pretendida, iremos procurar dimensionar o contexto em que essa construção está inserida, realizando um diálogo tanto com documentos produzidos por órgãos governamentais quanto com a literatura sobre a temática, entendendo que dessa forma o texto pode oferecer condições para uma melhor compreensão dos danos causados pela construção de Usinas Hidrelétricas, principalmente as de grande porte.

Apesar de as usinas oferecerem a possibilidade de o país ter um aumento na produção e conseqüente distribuição de energia elétrica, é necessário olhar a situação por outro prisma, como veremos neste texto essa expansão produtiva tem um preço a ser pago, e não estamos falando necessariamente das tarifas cobradas pelo estado sobre a energia elétrica que chega nas residências. A vida de muitas pessoas é posta em total transformação a partir do momento que um empreendimento desse porte é construído.

REESTRUTURAÇÃO DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL

De acordo com dados da EPE, 56,8% da energia elétrica produzida no Brasil é advinda de fontes hidráulicas, sendo as usinas hidrelétricas as principais responsáveis por esse número elevado. Outras fontes de energia elétrica como a eólica, nuclear e a solar, juntas representam apenas 12,2% da energia elétrica produzida no país. Ainda de acordo com informações contidas na página oficial da EPE, o Brasil possui uma capacidade de energia advindas da fonte hidrelétrica na casa dos 120%, sendo desse percentual utilizado até então “somente” 60%.

As informações são acompanhadas de texto explicativo associando essa capacidade com a exploração das bacias dos rios amazônicos Araguaia e Tocantins. É justamente nessas bacias que grandes projetos têm sido elaborados pelo governo federal desde a década de 1970. Esses projetos, apesar de já contarem com uma ampla gama de rejeição na sociedade, seguem sendo idealizados.

Ao observarmos os dados acerca da distribuição de fontes de energia elétrica, é notória a predominância da fonte hidráulica, tendo as usinas hidrelétricas em sua sigla comumente chamadas de UHE, sua principal produtora. E é a partir desses dados que iremos buscar problematizar sobre as políticas do estado brasileiro para o setor elétrico, tendo em vista que as UHEs lideram com folga a produção do setor. Isso posto, cabe salientar o recorte espacial do trabalho.

O Brasil possui, segundo dados de 2019 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), 219 usinas hidrelétricas de grande porte já em operação. Dessas 219 usinas, 7 estão concentradas no rio Tocantins. A UHE de Estreito é a mais jovem dessas usinas, e conta com uma capacidade de gerar 1.087 MW, sendo a 26^o em capacidade a nível nacional. Nossa análise acerca dos lugares de memória, mais especificamente sobre a praia como um desses lugares de memória, conceito idealizado pelo historiador francês Pierre Nora (1993), terá como objeto de análise as duas praias permanentes desaparecidas após a construção, em Filadélfia e Babaçulândia. Ambas as cidades estão localizadas no norte de Tocantins. Babaçulândia conta com uma população na casa dos 7.880 habitantes e está localizada a 444 km² de distância da capital, Palmas. Filadélfia por sua vez conta com 7.712 habitantes e está distante 468 km² de Palmas. A distância entre as cidades é de 33 km².

Para realizarmos a abordagem acerca da praia como um dos lugares de memória destruídos pela usina, é necessário percorrermos algumas transformações ocorridas no cenário da energia elétrica brasileira desde o século XX, até os primeiros anos do século XXI. Buscando, pois, elucidar que o constante avanço das construções de Usinas no rio Tocantins faz parte de uma política expansionista e ao mesmo tempo extrativista comandada pelo Estado brasileiro. Para isso, diversos mecanismos de legitimação, inclusive científica, foram criados.

De início, cabe salientar que até 1930, o Brasil não possuía uma política regulamentar definida em relação ao setor de energia, isso só irá ocorrer no governo de Getúlio Vargas. Antes de mais nada, é preciso entender que a energia é um dos principais insumos responsáveis por impulsionar, sustentar e desenvolver a produção industrial de um país, no caso do Brasil não é diferente. Portanto, assim que Getúlio assume o poder em 1930, ainda no governo provisório precedendo a ditadura do estado novo (1937-1945), havia a necessidade de implementação de uma regulamentação ao setor de energia elétrica.

Em 1934, surge a primeira ação governamental com sentido a regulamentar as ações de empresas tanto privadas quanto públicas do setor de energia, com a criação do chamado código das águas. Essa ação visava estabelecer as regras de exploração do setor de energia no Brasil. A principal “novidade” trazida pelo código das águas, se dá com relação a transferência do poder de autorizar e vetar a exploração dos recursos hídricos, anteriormente essa decisão estava a cargo dos estados e municípios, agora a partir do código passa a ser competência do governo federal, centralizando, dessa maneira, as decisões nas mãos do Estado.

A criação do código das águas é interessante porque ela marca de modo geral, uma percepção por parte do Estado brasileiro sobre a capacidade hídrica que o país detém, e a necessidade de alavancar o setor de energia elétrica, para desse modo não somente preparar os insumos necessários às indústrias do país, em um contexto de forte incentivo à expansão industrial; mas também de atrair a iniciativa privada a pôr olhos no setor, tornando o processo de investimentos mais seguro do ponto de vista jurídico, uma vez que existiria uma regulamentação oferecendo suporte e subsídio aos futuros investidores.

O código das águas está imbricado em uma série de modernizações que o Brasil irá sofrer da década de 1930 em diante. A crescente narrativa social-desenvolvimentista

teria os recursos hídricos como um de seus pilares de exploração. De acordo com Oliveira (2018), essa política irá ter nos anos que se seguiram sua culminância na construção de grandes obras hidrelétricas, obras essas que tiveram um verdadeiro “boom”, no período militar. Para fomentar o chamado milagre econômico, os militares impulsionaram a narrativa de povoamento e exploração, principalmente da região norte e centro-oeste. E na esteira desse povoamento está a construção de grandes obras.

Durante o período da ditadura civil-militar (1964-1983), o Brasil se consolida como um dos maiores construtores de usinas hidrelétricas do mundo. Segundo Oliveira (2018), nesse período é construída as Usinas de: Itaipu, Tucuruí e Sobradinho, três das maiores usinas ativas no país. Portanto, esses grandes projetos visavam atender uma demanda por um suposto crescimento econômico através do fortalecimento da imagem de um país em constante canteiro de obras. Um país em crescimento “rápido” necessita de grandes e chamativas obras. O Estado brasileiro dessa forma, apresentava perante a população uma imagem de constante marcha rumo ao tão ansiado “progresso” e uma resposta a constante demanda por energia advindas tanto do crescimento demográfico quanto industrial.

Os fatores que levaram o Brasil a ter uma aceleração na construção de usinas, consolidando a fonte hidráulica como uma das mais passíveis de exploração por parte do governo federal está também, segundo Oliveira (2018), ligado a alguns aspectos de política externa. Pois, desde a segunda guerra mundial irá predominar na agenda global a pauta do desenvolvimento. Ou seja, se propagandeava a necessidade de os países mais pobres procurarem saídas para conseguirem se sustentar e construir internamente alternativas econômicas viáveis, que permitissem uma interação com os mais ricos, a nível internacional. Através dessa interação e exploração dos seus recursos naturais, o tão esperado desenvolvimento poderia enfim ser alcançado pelos países da chamada periferia mundial.

É justamente a agenda econômica externa que no início dos anos 1990 irá, de acordo com Prado (2006), ditar novamente as reformas estruturais promovidas pelo governo brasileiro no setor elétrico. Essas mudanças são provocadas, segundo o autor, pelo cenário econômico internacional cheio de incertezas. Se em um primeiro momento nas regulamentações criadas por Vargas durante seu governo e expandida pelos militares o Estado precisava ter o controle da engrenagem do setor elétrico, nesse segundo

momento é necessário haver uma diminuição da participação estatal no setor. Com isso, haverá a privatização de algumas empresas, e a criação de órgãos reguladores específicos para cada área, fazendo com que o Estado ao mesmo tempo em que se distancia do controle do setor, crie estabelecimentos para normatizá-lo.

O Brasil, dessa forma, inicia nos anos 1990 uma reordenação do setor energético, que até então concentrava investimentos em sua grande maioria na mão do Estado. Isso irá mudar a partir da entrada na presidência da república de Fernando Henrique Cardoso, em 1995. Com o objetivo de enxugar a máquina pública e atender os interesses desse emergente modelo desenvolvimentista que preconiza a mínima participação do estado no mercado, o governo irá iniciar concessões no setor elétrico.

Como nos aponta Leme (2009), o modelo de distribuição de energia irá se transformar em um modelo horizontal, contando com a participação de empresas privadas tanto na geração quanto na distribuição dessa energia produzida no país. O autor salienta que anteriormente a maior parte dessa operação estava concentrada na mão do Estado, através principalmente das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), criada em 1961, e turbinada pelos militares a partir de 1964. A partir desse momento, ocorre a guinada do setor elétrico ao livre mercado e a livre concorrência, levando o governo a perceber a necessidade de criar um órgão que pudesse gerir e delimitar as regras dessa livre concorrência. Com esses objetivos o governo decide criar em 1996, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Como podemos notar, a criação da agência visa oferecer segurança de mercado e um certo controle por parte do Estado. Como irão nos dizer Goldenberg & Prado (2003), a agência é antes de mais nada, um organismo com vistas a disciplinar o setor, impondo as regras que irão reger toda a atuação e o planejamento da área de energia elétrica brasileira dali em diante. Preparando dessa maneira o terreno para as futuras privatizações na energia elétrica brasileira.

Dessa forma, o modelo horizontal de transmissão e produção, apontado por Leme (2009), transformará a responsabilidade dos investimentos diretamente ao setor privado, retirando do governo federal a necessidade de realizar aportes diretos na política de infraestrutura do setor elétrico. Ao invés de investir diretamente, o estado passaria agora a controlar os investimentos, impondo regras e termos que deveriam ser seguidos pelas empresas interessadas em se lançar na livre concorrência.

Os investimentos apresentados pelo governo federal no período comanda por Fernando Henrique (1995-2002), fizeram com que o setor elétrico brasileiro possuísse em teoria, segurança jurídica, respaldando dessa forma os investimentos da iniciativa privada. A criação tanto da Aneel quanto da Agência Nacional das Águas (Ana) - agência pensada para regulamentar os recursos hídricos pertencentes à união, e propor estudos acerca da segurança das barragens - mostram que ao mesmo tempo em que propunha retirar os investimentos diretos no custeio das obras, o estado realizava mais avanços na parte técnica, de mapeamento do setor e das possíveis fontes de exploração.

Já que os órgãos reguladores tinham sido criados, surgiu então a necessidade da criação de uma instituição dedicada exclusivamente ao planejamento do setor elétrico. Com isso, é criada em 2004, no primeiro mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Podemos entender a EPE como a representação de um marco na política energética brasileira. Ao mesmo tempo em que se pensa em um órgão unicamente planejador, o que do ponto de vista organizacional é fundamental para administrar, elaborar e planejar os investimentos, entender as demandas e mitigar possíveis conflitos, o órgão composto por pesquisadores e técnicos de várias áreas não deixa de ser uma forma do estado respaldar cientificamente os projetos pensados no setor elétrico. Pois esses projetos, como as usinas hidrelétricas, possuem suas consequências, aí é onde entra a EPE, sua função é prever essas consequências.

A partir do momento que se expõe um projeto a leilão, por exemplo, como é o caso das hidrelétricas que tem suas concessões geralmente postas em disputa através de licitação pública, acredita-se que esse projeto já tenha passado por uma extensa análise de viabilidade da EPE, pois ela se tornou a principal responsável por gerir o planejamento do setor elétrico brasileiro. Portanto, além de ser um órgão com vistas a planejar investimentos no setor, é também uma oportunidade de o Estado buscar uma legitimidade científica. Em outras palavras, se a obra está sendo liberada, supõe-se que as suas consequências podem ser reparadas. Não se trata aqui de buscar descredibilizar a EPE e o conjunto de profissionais que a formam, somente propor uma problematização sobre a função do órgão, ressaltando que além de planejar e organizar o setor elétrico, ela serve também como elemento legitimador dos grandes empreendimentos, já que confere legitimidade científica ao realizar estudos que identificam a viabilidade das obras.

MEMÓRIA E ENERGIA: Rupturas Sensíveis

Desde 1970, quando ocorre uma verdadeira explosão de historiadores trabalhando com aspectos que envolvem a memória, se aventurar por esse terreno pode oferecer diversas oportunidades no sentido de reconstruir perspectivas. Essa é, inclusive, a beleza das Ciências Humanas, que após muito se debater sobre um determinado assunto, pode surgir como fruto dessas discussões aspectos anteriormente impensados ou não articulados da melhor maneira possível. A tentativa deste artigo a partir desse ponto é de oferecer um olhar, digamos fora do radar ou não tão comum, acerca da Usina Hidrelétrica de Estreito e a sua relação com a memória dos atingidos.

A definição clássica de Pierre Nora (1993) os lugares de memória, pode ser utilizada para tencionar o que ocorreu nas praias das cidades de Filadélfia e de Babaçulândia. Os desdobramentos da construção de uma UHE, saltam aos olhos em termos econômicos, emocionais, ambientais, e devem saltar também do ponto de vista do lugar de memória. Afinal de contas, a praia representa muito além de uma fonte de renda em uma cidade interiorana brasileira, ela representa ao nosso entender, um desses lugares de memória que serão desde a abertura da primeira comporta, para o enchimento do lago de uma usina, completamente modificados.

Para Nora (1993), os lugares de memória são onde muitos dos acontecimentos vividos por nós, seres humanos, encontram refúgio, não entendendo a memória ou os lugares no qual ela habitaria como um repositório ou uma espécie de dispensa, muito pelo contrário, a definição do autor visa conferir aos lugares de memória singularidade única, possível somente pelo reconhecimento da complexidade da memória humana, longe de ser simples, longe de ser um mero repositório. Tão complexa, ao ponto de ter um lugar no qual vários acontecimentos despertam sentimentos impensados.

A constante interação entre a história e a memória vai conferindo sentido para os lugares onde ela habita. Os lugares de memória seriam, portanto, carregados de símbolos, a partir dos quais se pode produzir os sentidos. A praia, completamente desfeita após uma obra ser realizada, altera esses sentidos conferidos durante anos. Transforma de maneira forçosa o espaço físico no qual essas memórias foram vivenciadas em uma realidade difícil de ser sobreposta pela imaginação. Essa talvez seja uma das questões mais sensíveis dessas grandes construções: a capacidade de distanciar o sujeito da sua imaginação.

Apesar de Nora (1993) ser um dos pontos centrais deste texto, a sequência da sua argumentação acerca da relação entre história e memória apresentada no clássico “*Les lieux de mémoire*”, publicada em sete volumes, entre 1984 e 1992, é um tanto polêmica. Com relação aos papéis correspondentes a memória e a história, o autor pontua que a memória no tempo presente estaria se tornando cada vez mais possuída pela história. Uma história, portanto, guardiã da memória. Já Seixas (2001), irá pontuar outro caminho, a partir, inclusive, dos lugares de memória. Segundo a autora, longe de ser um domínio da história, a memória possui suas próprias singularidades e especificidades muito particulares, o que confere à memória um grau de independência em relação à história.

Isso nos leva ao pensamento de Motta (2014), que ressalta que a memória tem singularidades muito próprias. Antes de mais nada, é preciso ao historiador admitir as complexidades dessa temática. Esse ir e vir no passado, através de aspectos condicionados do presente, não é uma tarefa simples. O diálogo com outras disciplinas, principalmente aquelas dos conhecimentos neurológicos como a psicologia, é ao nosso entender fundamental para construirmos um entendimento cada vez mais ampliado das formas de articulação, construção e atuação da memória.

Com relação aos lugares de memória, a definição trazida por Nora (1993), reforça em parte justamente esse caráter de diversidade que a memória tem. Segundo Montaño (2008), os lugares de memória conferem uma noção até então pouco pensada sobre a dinâmica de funcionamento da memória humana; sua subjetividade permeada por símbolos.

As duas praias em questão, do Coqueiro em Filadélfia e do Coko em Babaçulândia, podem ser entendidas também como representantes simbólicas de suas cidades. Veja bem, estamos tratando de cidades interioranas, que tinham no período de veraneio, ou aos fins de semana um aumento do movimento de pessoas nas margens do rio. A praia, nesse caso, partindo pela análise de Montaño (2008), era de fundamental importância para a construção de afetos entre visitantes e moradores, baseados em símbolos de pertencimento e de identidade. Essas cidades não podem ser entendidas sem o rio, elas são em suma cidades de rio.

As praias, portanto, não são somente um espaço no qual de veraneio em veraneio ocorre uma certa movimentação de pessoas, aquecendo a economia da cidade, pensar assim seria deixar aspectos únicos e singulares de fora da análise de conjuntura, e fazer

isso não parece ser essa a melhor análise possível. Precisamos de uma análise que preconize a importância dessas praias não somente do ponto de vista monetário, mas também do ponto de vista afetivo. Entendendo a praia como um lugar de memória, caminhamos para reconhecê-la como um dos espaços no qual afetos são construídos com base na identificação pelo território ali frequentado ou habitado.

Montaño (2008), faz uma análise extremamente perspicaz sobre o conceito idealizado por Pierre Nora. Primeiro a autora faz uma contextualização da origem do termo e depois traça um panorama acerca da sua aplicabilidade, apontando aspectos aos quais lhe parece mais difícil uma aplicação devido ao contexto de criação do conceito. É um conceito francês, pensado para a realidade francesa do período de 1970 em diante, quando o autor começa a escrever sua obra. Logo, atende especificidades daquele período e do cenário sócio-histórico francês.

Porém, para Montaño (2008), a realidade apresentada por Nora, pode ser aplicada em outras conjunturas, inclusive, nesse caso no Brasil. E mais especificamente é possível e viável aplicar o conceito dos lugares de memória para entender a realidade das praias do Coqueiro e do Coco, ambas desaparecidas em sua origem natural, após a construção da UHE de Estreito. Um dos argumentos citados pela autora acerca dessa viabilidade é justamente com relação ao tempo. Segundo ela, acreditar que não se pode usar o conceito dos lugares de memória em questões ardentes, nas pressões do nosso do tempo, na quentura da “atualidade”, seria pensar não ser possível escrever uma história do tempo presente.

O conceito, portanto, não está relacionado com uma história recuada de quem a escreve. Está, pelo contrário, preocupado em responder questões impicantes sobre a irrupção da memória como objeto a partir da década de 1970. A partir dessa irrupção, é preciso para além de constatá-la, procurar mapear os lugares de operação desse acontecimento. É, nesse ponto, que aparece a discussão dos lugares da memória, ou seja, nós historiadores passamos a procurar compreender as espacialidades onde se articulam os lugares no qual habita a memória ou ela é “despertada”.

A questão do desaparecimento das praias é uma questão sensível sendo, portanto, um acontecimento próprio do tempo presente, estando mergulhado na ardência própria de uma questão de certa maneira em pleno desenrolar ou a pouco tempo do seu desenlace. Está sujeita a ser interpretada no calor dessa ardência, mas precisa ser investigada, porque

é parte da construção de uma narrativa. Tanto a narrativa de um Brasil potência na energia hidráulica quanto a de um Tocantins forte em termos econômicos, passa dentre outras coisas, pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, que por sua vez passa pelo desaparecimento da praia do Coqueiro e do Coco.

Essas narrativas de um país e um estado forte através de obras hidrelétricas não são aspectos difíceis de serem encontrados. Ao realizar a inauguração da Usina, no ano de 2012, na cidade de Estreito, local onde fica hospedada o comando de operações da UHE, a então presidente Dilma Rousseff, recebeu por parte do governador de Tocantins a época, José Wilson Siqueira Campos, segundo a página oficial do governo do estado, o pedido para realização de três usinas ao longo do estado de Tocantins. O pedido estaria nas entrelinhas da matéria assinada pela secretaria de relações interinstitucionais do estado, atrelado ao movimento de integração do estado às regiões “ricas do país”, e a um interesse por parte da população por obras de grande magnitude.

A memória pode ser compreendida de diversas maneiras. A complexidade da memória deve ser respeitada, e uma das formas pelas quais pode ser interpretada é através das disputas ocasionadas em torno dela. São disputas principalmente entre as memórias oficiais e as de grupos subalternos, o que Pollak (1989) irá chamar de memórias subterrâneas. As praias em questão são exemplos claros desses lugares de memória em disputa, onde há a presença de memória subterrânea ‘concorrendo’ com uma memória oficial alimentada pelo Estado. O Estado com sua narrativa desenvolvimentista, como podemos ver no exemplo acima, atribui quantidade de usinas a uma suposta integração nacional. Ou seja, quanto mais obras desse porte fossem realizadas com a participação do Tocantins, mas o estado estaria próximo de “alcançar” patamares maiores no cenário econômico brasileiro. Paralelamente a esse movimento, os moradores lidam com as dificuldades práticas dessa que pode ser considerada mais uma intempérie do que uma benesse em suas trajetórias de vida.

Algumas categorias, por exemplo, foram atingidas de maneira muito específica com a construção da Usina, em Babaçulândia e Filadélfia, Silva Junior (2021), aponta que os barqueiros e os barraqueiros, foram grupos dos mais prejudicados pelo desaparecimento das praias. As duas cidades possuíam um porto com intenso movimento, segundo o autor, principalmente na época de veraneio. E o tráfego de uma cidade a outra,

levando e trazendo viajantes era uma prática comum. Além das vendas de produtos nas barracas montadas ao longo da praia.

Segundo Silva e Sieben (2019), os barqueiros atuavam não somente no transporte de turistas para as praias, mas também no transporte de alimentos entre uma cidade e outra, fazendo parte também de um contexto de conexão entre o estado de Tocantins e o Maranhão, já que as viagens de margem a margem ocorriam na divisa entre os dois estados, pois, tanto Filadélfia quanto Babaçulândia, fazem divisa com a cidade maranhense de Carolina.

Portanto, é preciso compreender que as praias do Coqueiro e do Coco, são lugares de memória. Despertam nos diversos grupos que ali frequentavam sentimentos e memórias afetivas de um passado completamente transformado pela dinâmica do presente. A construção de relações afetivas entre moradores, familiares de outras localidades e turistas sem relação de parentela na cidade, tinha nesses espaços um elo, dessa forma ambas as praias podem ser entendidas como um lugar construtor de laços afetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, ao longo dos últimos anos, tem buscado profissionalizar o setor de energia elétrica, com base acima de tudo, em pesquisa e respaldo científico. Isso é uma matéria interessante, o acercamento a uma questão tão cara ao país, de profissionais capacitados, técnica e cientificamente. Um dos alicerces desse planejamento é a EPE, que é onde está concentrado o planejamento do setor, constituída, principalmente, por engenheiros e ecologistas, segundo as informações que constam no seu quadro de funcionários.

Não há dúvida, evidentemente, da capacidade desses sujeitos envolvidos com o planejamento do setor elétrico, nem tão pouco quanto a importância da EPE. Mas, é necessário que se problematize os caminhos percorridos ao se planejar construções de grande envergadura e ao se elaborar os relatórios de impactos ambientais, que como o próprio nome já sugere, é o documento onde são elaborados os possíveis riscos contidos no projeto de construção de uma Usina. Só que esses apontamentos têm deixado escapar dinâmicas muito específicas e caras para diversos sujeitos ribeirinhos que serão atingidos diretamente por esse parecer.

Os lugares de memória são um desses fatores que estão escapando dos relatórios. A EPE, precisa, portanto, ao nosso entender, abrir-se a profissionais de diversas áreas do conhecimento e principalmente das Humanidades. O objetivo não é a criação de mais cargos ou a imposição de um ramo do saber em detrimento de outro. Pelo contrário, é a partir de uma interdisciplinaridade construir caminhos para encontrarmos fontes de energia que sejam menos danosas tanto ao meio-ambiente quanto às populações atingidas.

Não se pode calcular os danos de um empreendimento do porte da UHE de Estreito somente a partir de indenizações. Pensar dessa maneira é entender o território, na visão de Little (2003), como somente um campo econômico e negligenciar completamente a dinâmica do afetivo e do simbólico.

De acordo, por exemplo, com Ertzog e Zagallo (2019), após a construção da UHE de Estreito, ocorre uma desconstrução de toda uma interação socioeconômica gerada a partir das praias. Uma vez que em ambas as cidades, as praias não recebiam somente moradores locais, mas de cidades circunvizinhas, as autoras inclusive citam o caso de Araguaína, maior cidade da região norte de Tocantins. Cidade que, segundo elas, era uma das principais responsáveis por enviar turistas à Babaçulândia e Filadélfia.

Havia, portanto, uma circulação de pessoas de diferentes cidades pelas praias tanto do Coco quanto do Coqueiro. E apesar das duas cidades estarem razoavelmente próximas, atendiam públicos diferentes. Por sua proximidade com o estado do Maranhão, através de Carolina, a Praia do Coqueiro fazia essa espécie de “vai e volta” entre os habitantes dos respectivos municípios. E a Praia do Coco, estabelecia um diálogo maior com Araguaína.

Conclui-se, dessa maneira, que a política energética de construção desenfreada de usinas atinge aspectos sensíveis, não somente ao visível. Daí a importância de o Estado brasileiro elaborar políticas energéticas mais participativas, diversificadas em termos de ramos do conhecimento e participação da sociedade. Os lugares de memória precisam ser incluídos no mapeamento de possíveis projetos hidrelétricos. Além dos estragos mais visíveis, as relações afetivas estabelecidas entre moradores e territórios atingidos, necessitam estar inclusas nos textos. A dinâmica do simbólico, do afetivo, não deve ser deixada de lado, são trajetórias de sujeitos que dependem do rio para dar significado a vários aspectos de suas vidas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica. Disponível em: https://www2.aneel.gov.br/scg/Consulta_Empreendimento.asp. Acesso em: de out. 2022.

CESTE. Consórcio Estreito Energia. **Quem Somos**. Disponível em: <https://www.uhe-estreito.com.br/institucional/quem-somos.html>. Acesso em: 20 de mai. 2023.

EPE. Empresa de Pesquisa Energética. **Áreas de atuação da energia elétrica**. Expansão da Geração. Fontes. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/areas-de-atuacao/energia-eletrica/expansao-da-geracao/fontes>. Acesso em: 30 de set. 2022.

EPE. Empresa de Pesquisa Energética. **Nossa equipe**. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/a-epe/nossa-equipe>. Acesso em: 30 de set. 2022.

EPE. Empresa de Pesquisa Energética. **Matriz Energética e Elétrica**. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica>. Acesso em: 30 de set. 2022.

ERTZOGUE, Marina Hainzenreder; ZAGALLO, Ana Daisy Araújo. Barragem e turismo na representação dos barqueiros atingidos pela UHE Estreito em Babaçulândia – Tocantins. **Caderno Virtual de Turismo (UFRJ)**, Rio de Janeiro, v. 19, n.1, p. 01-13, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1154/115459473014/>. Acesso em: 5 de dez. 2022.

GOLDENBERG, José; PRADO, Luiz Tadeu Siqueira. Reforma e crise do setor elétrico no período FHC. **Tempo Social**, São Paulo, v.15, n.2, p. 219-235, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/GYPKGxdcKzPW9tFwjJFgzfb/?lang=pt>. Acesso em: 20 de set. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1991**: resultados preliminares. Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=782&view=detalhes>. Acesso em: 27 de out. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. Babaçulândia. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/babaculandia.html>. Acesso em: 20 de jul. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. Filadélfia. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/filadelfia/panorama>. Acesso em: 20 de jul. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**: Características gerais da população: resultados da amostra. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=783>. Acesso em: 27 de out. 2022.

LEME, Alessandro André. A reforma do setor elétrico no Brasil, Argentina e México: Contrastes e perspectivas em debate. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n.

33, p. 97-121, jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/i/2009.v17n34/>. acesso em: 20 de set. 2022.

LITTLE, Paul Elliot. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 28, n. 1, p.251-290. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871/7327>. Acesso em: 25 de out de. 2022.

MACHADO, Cristiano. **Governador Siqueira Campos pede à presidente Dilma Rousseff duplicação da BR-153, hidrovía e três usinas**. [Palmas]: Secretaria de Relações Institucionais, 17 de out. 2012. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/governador-siqueira-campos-pede-a-presidente-dilma-rousseff-duplicacao-da-br-153-hidrovía-e-tres-usinas/28ucy4lmzi10>. Acesso em: 30 de out. 2022.

MONTAÑO. Eugenia Allier. Los Lieux de mémoire: una propuesta historiográfica para el análisis de la memoria. **Historia y Grafía**, Distrito Federal, Mexico, n. 31, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/589/58922941007.pdf>. Acesso em: 25 de nov. 2022.

_____. Places of memory: Is the concept applicable to the analysis of memorial struggles? The case of Uruguay and its recent past. **Cuad.CLAEH** [online]. 2008, vol.4 Selected edition, pp. 87-109. Disponível em: http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0797-60622008000100001. Acesso em: 05 de dez. 2022.

MOTTA, Marcia. História e memória. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v.16, n. 17, p. 179-200, julho, 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2196>. Acesso em 25 nov. 2022.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v.10, p. 7-28, jul/dez, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 10 set. 2022.

OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil. **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 34, n. 65, p. 315-346, mai-ago 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/ChCpxyx8Xg6w74xRTmNBRvJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2022.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 15 de out. 2022.

PRADO, Otávio. Agências reguladoras e transparência: a disponibilização de informações pela Aneel. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.40, n.4, p. 631-346, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/i/2006.v40n4/>. Acesso em: 25 de out. 2022.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stela; NAXARA, Márcia (Org.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas- São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001. Capítulo 2, p. 37-58.

SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira. **Os que chegam e os que saem**: memória e identidade nos des-locamentos provocados pela UHE de Estreito – MA/TO (2007-2012). 2021. f. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém. 2021.

SILVA, Súsie Fernandes Santos.; SIEBEN, Airton. A Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) e os efeitos no modo de vida dos barqueiros de Babaçulândia (TO). **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, MG, v. 20, n. 71, p. 234–249, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/45520>. Acesso em: 14 nov. 2022.